

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

90032/2025

**CONTRATANTE (UASG)**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL (980780)

### **CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
R\$ 10.441,49

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 30 de julho de 2025 às 10h00min (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
Menor Preço por Item

**MODO DE DISPUTA:**  
Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	16
10. DOS RECURSOS .....	16
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	19
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19

**EDITAL****PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL****PREGÃO Nº 90032/2025**

Processo Administrativo nº 2666/2025.

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SMG**, por meio do(a) da Secretaria Municipal de Licitações, Compras e Contratos, sediada na Rua Hilário Ettore, nº 442, Centro, Porto Real, RJ, CEP 27.570-000 realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal 3026 de 08 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEÍCULAR** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Fica vedada a participação, no presente certame, de licitantes que se enquadrem como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), pois trata-se de atividade econômica expressamente vedada ao regime jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 3º, § 4º, inciso VIII, da referida norma.*

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.7.3 *sociedades cooperativas*;
  - 2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação NÃO será de caráter sigiloso.*

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário e total do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo,

por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um) real.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior



percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2 empresas brasileiras;

6.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4 **O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1 conter vícios insanáveis;
- 7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 30% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração.**

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 7.9.3 **No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.**

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço

global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez) por cento para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.**

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou b) por outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Porto Real.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: **pmplicitacao2021@outlook.com**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 *Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;*

09 de julho de 2025

**Letícia Klotz de Almeida**

**Secretária Municipal de Licitações, Compras e Contratos**

Termo de Referência 109/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
109/2025	980780-PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL - RJ	MIZRAIM NICOLE PAULINO DA SILVA	04/07/2025 15:28 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		2666/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 2666/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço, consistente na contratação de seguro veicular completo (casco) para van oficial da Secretaria Municipal de Governo, com cobertura contra colisão, furto, roubo, incêndio, danos da natureza e assistência 24 horas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	SEGURO AUTOMOTIVO: Anual Completo para Veículo Oficial: Renault Master Grand Pro L2H2 (Ano/Modelo 2025/2026, Placa TTK2B75), com Cobertura Compreensiva (Colisão, incêndio, roubo/furto). Assistência 24h, Proteção a Terceiros (RCF-V), Cobertura de Vidros e Passageiros (APP), conforme especificações técnicas.	30127	SERV	01	R\$ 10.441,49

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, consistindo na contratação de seguro veicular completo (casco) para van oficial da Secretaria Municipal de Governo, com cobertura contra colisão, furto, roubo, incêndio, danos da natureza, assistência 24 horas, proteção a terceiros (RCF-V), cobertura de vidros e passageiros (APP), nos termos deste Termo de Referência.

1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo, uma vez que se refere à prestação de serviço de seguro veicular completo (casco), com cobertura contra colisão, furto, roubo, incêndio, danos da natureza e assistência 24 horas, por prazo determinado, destinado a proteger o patrimônio público e garantir a continuidade dos serviços administrativos da Secretaria Municipal de Governo.

1.4. Prazo de vigência

- 1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, suficiente para a execução integral do objeto e a adoção das providências previstas no contrato.
- 1.4.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto está previsto no planejamento institucional, estando alinhado às ações de proteção do patrimônio público e à continuidade dos serviços essenciais, o que garante sua aderência ao planejamento estratégico do Município e aos princípios da Administração Pública, notadamente os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.
- 2.3. Embora ainda não tenha sido implantado o Plano Anual de Contratações (PAC) para o exercício de 2025, a necessidade da presente contratação foi identificada previamente e registrada no escopo das ações prioritárias da Secretaria Municipal de Governo, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar, o qual fundamenta esta demanda.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. Objeto: Contratação de seguro veicular completo (casco) para veículo oficial da Secretaria Municipal de Governo de Porto Real/RJ, com cobertura abrangente nacional e assistência 24 horas, visando à proteção patrimonial do bem público, à continuidade dos serviços administrativos e assistenciais e à mitigação dos riscos operacionais. A solução contempla, ainda, cláusulas de cobertura para danos a terceiros, acidentes pessoais de passageiros, proteção de vidros e carro reserva, com condições técnicas compatíveis com a realidade de uso do veículo segurado, em conformidade com as exigências legais e regulatórias do setor de seguros.

3.2.1. Características do Veículo:

VEÍCULO	ANO/ MODELO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	Nº DE PATRIMÔNIO	ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES
Renault Master Grand Pro L2H2	2025/ 2026	TTK2B75	93YF62S05TJ00842	01438936211	27987	Cor branca; Combustível: Diesel; Capacidade para 15 passageiros; Direção hidráulica; Ar condicionado; Trio elétrico; Rodas de ferro aro 16; Câmbio manual; Alarme

- 3.3. A solução como um todo considera o ciclo de vida do objeto, incluindo a contratação do seguro, o uso contínuo do veículo, a prestação de serviços de assistência emergencial, a cobertura de sinistros e o suporte técnico da seguradora, até a finalização do período contratual e eventual substituição do bem segurado, caso caracterizada a perda total. Também foram previstas práticas de sustentabilidade, como a priorização de oficinas com certificação ambiental, uso de peças remanufaturadas com garantia e descarte ambientalmente correto de resíduos, o que reforça o alinhamento da contratação à economia circular e à gestão eficiente de recursos públicos.

**3.4.** Trata-se de solução de caráter preventivo e estratégico, com impacto positivo sobre a durabilidade, segurança e operacionalidade do veículo público, observando-se os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Sustentabilidade**

**4.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Adoção de práticas ambientalmente responsáveis pelas seguradoras e oficinas credenciadas, como o descarte adequado de peças e resíduos gerados durante a execução dos serviços, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Priorização de oficinas que possuam certificação ambiental vigente (ex.: ISO 14001) **ou** que atuem em conformidade com as normas legais aplicáveis ao controle ambiental e sanitário;
- Utilização preferencial de peças remanufaturadas com garantia, sempre que disponíveis e tecnicamente compatíveis, de modo a estender o ciclo de vida dos materiais e reduzir o impacto ambiental da reposição de componentes.

**4.1.2.** As exigências ambientais aqui estabelecidas foram consideradas na fase de planejamento, devem ser observadas na execução do contrato, e serão objeto de verificação durante a fiscalização da contratação, inclusive quanto à destinação ambiental adequada de resíduos gerados por oficinas envolvidas nos serviços contratados.

### **4.2. Indicação de marcas ou modelos**

**4.2.1.** Na presente contratação não há indicação de marcas ou modelos, uma vez que o objeto refere-se à prestação de serviço comum de seguro veicular completo, cujas especificações técnicas podem ser atendidas por diversas empresas do mercado, em conformidade com os princípios da isonomia, ampla concorrência e padronização.

### **4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

**4.3.1.** Na presente contratação não há vedação quanto ao fornecimento de produtos ou marcas, uma vez que o objeto refere-se à prestação de serviço comum de seguro veicular completo, cujas especificações podem ser atendidas por diversas empresas do mercado, e não há processo administrativo prévio que justifique a vedação de marca ou produto, nos termos do art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **4.4. Da exigência de carta de solidariedade**

**4.4.1.** Na presente contratação não será exigida carta de solidariedade, tendo em vista que o objeto se refere à prestação de serviço comum de seguro veicular completo, cujas condições de execução são integralmente assumidas pela própria contratada, não se justificando a exigência deste documento nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **4.5. Subcontratação**

**4.5.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando que o serviço envolve obrigação direta da contratada, não sendo cabível a transferência parcial ou integral a terceiros, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **4.6. Garantia da contratação**

**4.6.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a natureza do objeto, em que a própria apólice já constitui garantia suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais.

### **4.7. Vistoria**

**4.7.1.** Eventual vistoria do bem segurado, quando necessária, será realizada diretamente pela contratada (seguradora), nos termos de seus procedimentos internos para emissão da apólice, não constituindo requisito ou obrigação imposta pela Administração para fins de participação no certame ou execução do contrato.

#### **4.8. Inaplicabilidade para ME/EPP**

**4.8.1.** Não será aplicado o tratamento favorecido previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incompatibilidade do objeto com a execução por microempresas e empresas de pequeno porte, bem como da necessidade de assegurar a ampla competitividade e o atendimento ao interesse público.”

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Condições de execução**

**5.1.1.** Início da execução do objeto: até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, com a apresentação da apólice e do respectivo certificado de seguro.

**5.1.2.** A execução consistirá na entrega da apólice e no atendimento integral das coberturas contratadas, incluindo colisão, furto, roubo, incêndio, danos da natureza e assistência 24 horas ao veículo, conforme as condições gerais e específicas do seguro.

**5.1.3.** Não se aplica a previsão de cronograma físico ou de etapas de execução, por se tratar de serviço de cobertura securitária continuada, cuja prestação ocorre sob demanda, em conformidade com os eventos e acionamentos previstos na apólice.

### **5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.1.** Os serviços serão prestados de forma remota e/ou nas dependências da contratada, com entrega da apólice e atendimento presencial, quando necessário, na sede da Secretaria Municipal de Governo

**5.2.2.** O atendimento deverá ocorrer em horário comercial, das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, sendo a assistência 24 horas prestada de forma ininterrupta, inclusive sábados, domingos e feriados.

### **5.3. Rotinas a serem cumpridas**

**5.3.1.** Atendimento emergencial ininterrupto (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados), em todo o território nacional, com cobertura mínima de 350 km a partir da sede do município;

**5.3.2.** Disponibilização de guincho, transporte alternativo (ex: táxi ou locação temporária), troca de pneus, chaveiro, remoção hospitalar e demais serviços vinculados à assistência 24 horas;

**5.3.3.** Disponibilização de carro reserva por, no mínimo, 7 (sete) dias por evento, quando aplicável e conforme previsto na apólice;

**5.3.4.** Autorização para início de conserto em até 7 (sete) dias úteis nos casos de danos parciais cobertos pela apólice;

**5.3.5.** Indenização por perda total com pagamento em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega completa da documentação exigida;

**5.3.6.** Atendimento ao segurado por meio de central própria da seguradora, disponível 24 horas para esclarecimentos e comunicação de sinistros;

**5.3.7.** Possibilidade de inclusão, exclusão ou substituição de veículos mediante solicitação formal, com ajuste proporcional do valor contratual, conforme previsto em cláusula específica da apólice;

**5.3.8.** Fornecimento de relatórios gerenciais periódicos (trimestrais), contendo indicadores como número de sinistros, tempo de resposta, valores indenizados e histórico de atendimentos;

**5.3.9.** Observância das rotinas de descarte ambiental adequado de resíduos pelas oficinas credenciadas, bem como utilização preferencial de peças remanufaturadas com garantia, conforme diretrizes de sustentabilidade;



**5.3.10.** Cumprimento rigoroso dos prazos contratuais e legais, com sub-rogação de direitos prevista no art. 786 do Código Civil.

#### **5.4. Materiais a serem disponibilizados**

**5.4.** Para a perfeita execução dos serviços, não há necessidade de fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas ou utensílios, uma vez que o objeto consiste na prestação de serviço de seguro veicular completo (casco), cuja execução ocorre mediante a entrega da apólice e a prestação dos serviços contratados, conforme condições gerais e específicas da cobertura securitária.

#### **5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5.1.** O veículo a ser segurado pertence à frota oficial da Secretaria Municipal de Governo do Município de Porto Real/RJ, sendo utilizado em deslocamentos administrativos e institucionais em âmbito regional e nacional;

**5.5.2.** A cobertura securitária deverá prever atendimento 24 horas e cobertura nacional, inclusive em deslocamentos intermunicipais e interestaduais, com assistência em caso de sinistro, pane ou acidente fora do domicílio do segurado;

**5.5.3.** O veículo permanece habitualmente estacionado em dependência oficial da Administração Municipal, salvo em deslocamentos institucionais.

#### **5.6. Especificação da garantia do serviço**

**5.6.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), correspondente à vigência da apólice de seguro emitida, a contar da data de início da cobertura, conforme condições contratuais da seguradora.

#### **5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.7.1.** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por parte da Administração, o prazo de vigência contratual será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila, desde que não haja alteração do valor total contratado.

**6.3.** As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, nos demais casos, o uso de meios eletrônicos reconhecidos oficialmente.

**6.4.** Dada a natureza padronizada e sob demanda do objeto contratado, não se prevê a realização de reunião inicial, sendo suficiente a formalização contratual e a apólice emitida para definir as obrigações, procedimentos e prazos aplicáveis, nos termos deste Termo de Referência.

#### **6.5. Preposto**

**6.5.1.** O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, o qual será responsável pela interlocução administrativa com o Contratante e pela representação do contratado para todos os atos necessários à boa execução do contrato, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.5.2.** O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual, considerando a natureza do serviço contratado, ficando assegurado o atendimento remoto ou presencial quando solicitado pela Administração.

**6.5.3.** O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

## **6.6. Rotinas de Fiscalização**

**6.6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **6.7. Fiscalização Técnica**

**6.7.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.7.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.7.3.** Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.7.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.7.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.7.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.7.7.** A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

- 6.7.7.1.** Conferência da apólice emitida e do certificado de seguro;
- 6.7.7.2.** Verificação do atendimento às solicitações de assistência realizadas pela Administração;
- 6.7.7.3.** Controle do cumprimento das condições de cobertura previstas no contrato.

**6.7.8.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.7.9.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **6.8. Fiscalização Administrativa**

**6.8.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.8.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **6.9. Gestor do Contrato**

**6.9.1.** Cabe ao gestor do contrato:

- 6.9.1.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à

verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.9.1.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.9.1.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.9.1.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.9.1.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.9.1.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.9.1.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

**7.2.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

**7.2.1.** não produziu os resultados acordados, incluindo a entrega da apólice e a manutenção das coberturas;

**7.2.2.** deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as obrigações contratuais, incluindo a assistência 24 horas; ou

**7.2.3.** deixou de apresentar documentos necessários à comprovação da regularidade do seguro.

**7.3.** A utilização dos critérios acima não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**7.4.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**7.4.1.** entrega da apólice e certificado de seguro válidos;

**7.4.2.** comprovação da manutenção da cobertura durante a vigência contratual; e

**7.4.3.** comprovação do atendimento às condições de assistência 24 horas, quando acionada.

### **7.5. Do recebimento**

**7.5.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**7.5.2.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado, com a comprovação da emissão da apólice definitiva e da regularidade da documentação exigida no Termo de Referência.

**7.5.3.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, especialmente quanto à adequação da cobertura contratada às especificações exigidas.

**7.5.4.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, incluindo regularidade fiscal, contratual e demais documentos obrigatórios.

**7.5.5.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob os pontos de vista técnico e administrativo.

**7.5.6.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o evento correspondente à entrega da apólice definitiva válida e em conformidade com as exigências do instrumento contratual.

**7.5.7.** Ao final do evento de faturamento:

**7.5.7.1.** o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, se for o caso, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**7.5.7.2.** o fiscal administrativo deverá verificar a documentação obrigatória para o pagamento e emitirá relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.5.8.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.5.9.** O contratado fica obrigado a sanar, às suas expensas, qualquer inconformidade verificada na apólice emitida, inclusive a complementação de coberturas, documentos ou prazos, sendo vedado o ateste final enquanto pendências não forem sanadas.

**7.5.10.** A fiscalização não efetuará o ateste da apólice enquanto houver pendências técnicas ou administrativas que comprometam a regularidade do serviço contratado.

**7.5.11.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à verificação da funcionalidade da central de atendimento 24h e demais canais de suporte contratados.

**7.5.12.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**7.5.13.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

**7.5.14.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco)** dias úteis contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da conformidade da apólice e da disponibilidade dos serviços contratados.

**7.5.15.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, podendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**7.5.16.** Realizar a análise dos relatórios e documentação apresentada pela fiscalização e, havendo irregularidades, solicitar à contratada a correção necessária, antes da liberação para faturamento.

**7.5.17.** Emitir termo detalhado de recebimento definitivo, com base nos relatórios e documentos apresentados.

**7.5.18.** Comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura no valor correspondente, após a conclusão da fase de recebimento.

**7.5.19.** Encaminhar a documentação pertinente para os trâmites de liquidação e pagamento, conforme previsto na legislação.

**7.5.20.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, autorizando-se o faturamento da parcela incontroversa.

**7.5.21.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.5.22.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela plena eficácia da apólice, nem pela reparação de eventuais falhas que comprometam a efetividade da cobertura contratada.

## **7.6. Liquidação**

**7.6.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**7.6.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.6.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I)** o prazo de validade;
- II)** a data da emissão;
- III)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV)** o período respectivo de execução do contrato;
- V)** o valor a pagar; e
- VI)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.6.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, c**7.6.5.** onstatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.6.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

**7.6.6.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

**7.6.6.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.6.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**7.6.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.6.9.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**7.6.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **7.7. Prazo de pagamento**

**7.7.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

**7.7.2.** No caso de atraso por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme previsão contratual e legislação aplicável.

## **7.8. Forma de pagamento**

**7.8.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**7.8.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.8.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.8.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.8.4.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7.9. Antecipação de pagamento**

**7.9.1.** Não será admitida a antecipação de pagamento

## **7.10. Reajuste**

**7.10.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado que fundamentou este Termo de Referência.

**7.10.2.** Após o período de um ano, independentemente de solicitação do Contratado, os preços serão reajustados mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.10.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.10.4.** No caso de extinção ou impossibilidade de uso do índice definido, será adotado o índice oficial que vier a substituí-lo, ou, na ausência deste, as partes elegerão um novo índice oficial por termo aditivo.

**7.10.5.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7.11. Pagamento pelo fato gerador**

**7.11.1.** No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o Contratante adotará os seguintes procedimentos:

**7.11.2.** Será objeto de pagamento o valor total correspondente à prestação do serviço de seguro veicular contratado, a ser efetuado após a verificação do cumprimento das condições contratuais e da emissão da apólice com início de vigência, que configura o fato gerador da obrigação de pagamento.

**7.11.3.** Os valores devidos ao contratado somente serão liberados após a comprovação documental da emissão da apólice com todas as coberturas previstas neste Termo de Referência, observado o recebimento definitivo pela Administração.

**7.11.4.** A não ocorrência do fato gerador previsto neste item não gera direito adquirido ao pagamento, devendo a Administração observar as disposições contratuais quanto aos prazos, condições e demais obrigações pactuadas.

**7.11.5.** O pagamento será realizado de forma integral, em parcela única, após a verificação do fato gerador, correspondente à emissão da apólice de seguro com início de vigência e cumprimento das condições contratuais, e a devida liquidação da despesa, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

**7.11.6.** Não se aplicam, nesta contratação, os módulos previstos no Anexo VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017, por não se tratar de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra ou pagamento mensal por planilha de custos.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 8.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.4. Multas:**

**8.2.4.1.** Moratória, para a infração descrita na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

**8.2.4.2.** Moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando exigida);

**8.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

**8.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação;

**8.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total da contratação;

**8.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação;

**8.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória prevista na alínea “d”, quando constatada a perda de interesse público em decorrência do atraso, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida;

**8.2.4.7.** Compensatória, para a infração prevista na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da parcela inadimplida.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço

### **9.2. Regime de Execução**

**9.2.1.** O regime de execução do objeto será o de prestação de serviços com entrega única formal (apólice) e execução continuada durante o prazo de vigência do contrato, conforme estabelecido nas cláusulas contratuais e coberturas previstas, caracterizando-se como prestação de serviço de natureza contínua, nos termos do artigo 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **9.3. Exigências de habilitação**

**9.3.1.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.4. Habilitação Jurídica**

**9.4.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.4.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.4.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade por meio do site oficial do Governo Federal;

**9.4.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade anteriormente registrada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.4.5.** Sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sede para todos os efeitos legais;

**9.4.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.4.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro competente, com averbação no registro da matriz;

**9.4.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhados do registro no órgão competente nos termos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

**9.4.9.** Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro competente ou compromisso de constituição subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, conforme art. 15 da Lei nº 14.133/2021;

**9.4.10.** Autorização específica: ato de autorização para o exercício da atividade de comercialização de seguro, expedido por Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme previsto na Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e regulamentações da SUSEP vigentes.

**9.4.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou, quando houver, da versão consolidada.

## **9.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

**9.5.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

**9.5.3.** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**9.5.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**9.5.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**9.5.6.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**9.5.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração emitida pela Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente previsto em lei.

**9.5.8.** O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da apresentação de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que apresente o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

## **9.6. Qualificação Econômico-Financeira**

**9.6.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**9.6.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.6.3.** Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

**9.6.4.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices acima, será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.6.5.** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos com base nos documentos contábeis do último exercício social, conforme previsão do art. 69, §5º da Lei nº 14.133/2021 e orientação do Parecer AGU nº 00017/2024.

**9.6.6.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**9.6.7.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

**9.6.8.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste Termo de Referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.6.9.** Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

**9.6.10.** A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social;

**9.6.11.** Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

## 9.7. Qualificação Técnica

**9.7.8.** Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento das informações e condições contratuais necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

**9.7.9.** Considerando a natureza do objeto, a declaração poderá ser assinada por representante legal da empresa, não sendo exigida vistoria técnica prévia ou conhecimento de condições físicas locais.

**9.7.10.** Não será exigida inscrição da empresa em conselho profissional específico, uma vez que a atividade objeto da contratação é regulada e fiscalizada exclusivamente pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cuja autorização para funcionamento já consta entre os documentos exigidos na fase de habilitação jurídica.

**9.7.11.** Não há exigência de requisitos técnicos adicionais previstos em legislação específica para execução do objeto, além daqueles já controlados pela SUSEP no exercício de suas atribuições regulatórias.

## **9.8. Qualificação Técnico-Operacional**

**9.8.1.** Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a experiência na prestação de serviços de seguro veicular ou seguro similar, com cobertura de riscos múltiplos, com características equivalentes àquelas estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.8.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão demonstrar:

**9.8.2.1.** Contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços de seguro veicular com cobertura de casco, furto, roubo, incêndio, danos da natureza e assistência 24 horas, com vigência mínima de 12 (doze) meses, admitido o somatório de períodos distintos.

**9.8.2.2.** Serão admitidos, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, atestados referentes a serviços prestados de forma concomitante, desde que claramente identificados os contratos, clientes e períodos de execução.

**9.8.2.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**9.8.2.4.** O fornecedor deverá apresentar, se solicitado, documentação complementar que comprove a legitimidade dos atestados, como cópia dos contratos referenciados, dados atualizados dos contratantes e documentos que demonstrem o escopo do serviço prestado.

**9.8.3.** Os atestados deverão referir-se a serviços compatíveis com o objeto da licitação e com o ramo de atividade constante do contrato social da empresa licitante.

**9.8.4.** Não será exigida instalação de escritório local, considerando que a execução do objeto é de natureza remota e não demanda presença física da contratada nas dependências da Administração.

**9.8.5.** Serão aceitos atestados ou documentos equivalentes emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para a língua portuguesa, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**9.8.6.** A apresentação, pelo fornecedor, de atestados de desempenho emitidos em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021.

## **9.9. Qualificação Técnico-Profissional**

**9.9.1.** Considerando que o objeto da contratação refere-se à prestação de serviço comum, seguro veicular completo (casco) com cobertura contra colisão, furto, roubo, incêndio, danos da natureza e assistência 24 horas, não será exigida qualificação técnico-profissional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, por não se tratar de serviço de natureza técnica especializada ou que demande atuação profissional sujeita a registro em conselho de fiscalização.

## **9.10. Disposições gerais sobre habilitação**

**9.10.1.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.10.2.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.10.3.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 10.441,49 (dez mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no orçamento do Município, no exercício correspondente à vigência do contrato.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE EXECUTORA	FICHA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE	DESPESA
02.01.00	0005	04.122.0129-2.516	1.500.0000	3.3.90.39.00

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto Real/ RJ, 04 de Julho de 2025.

Antônio Sebastião da Silva  
Secretário Municipal de Governo  
Mat. 10.948

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se Aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Não se Aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANTONIO SEBASTIAO DA SILVA**

Secretário Municipal de Governo

# Estudo Técnico Preliminar 75/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 2666/2025

## 2. Descrição da necessidade

**2.1.** A Secretaria Municipal de Governo, no exercício de suas atribuições institucionais, utiliza veículo oficial como apoio às atividades administrativas e operacionais, em rotinas que envolvem deslocamentos dentro e fora do território municipal. A utilização contínua desse bem público, exposto a diversas condições de tráfego e ambientes, gera riscos significativos à sua integridade física, incluindo a possibilidade de acidentes, danos materiais, furtos, roubos e eventos imprevisíveis.

**2.2.** A ausência de mecanismos eficazes de proteção patrimonial pode comprometer a disponibilidade do veículo, impactar negativamente na prestação dos serviços públicos e impor ao erário despesas imprevistas e, muitas vezes, elevadas, com reparos ou reposição do bem. Trata-se, portanto, de uma necessidade concreta de garantir maior segurança institucional, continuidade das atividades administrativas e salvaguarda dos recursos públicos.

**2.3.** Dessa forma, evidencia-se a necessidade de adoção de medidas que assegurem a proteção patrimonial do veículo oficial pertencente à frota da Secretaria Municipal de Governo, a fim de mitigar os riscos identificados e permitir maior previsibilidade orçamentária diante de eventual ocorrência de sinistros.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefia de Gabinete	Mizraim Nicole Paulino da Silva

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1.** A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa seguradora especializada para prestação de serviços de seguro veicular total (casco) para a frota oficial da Secretaria Municipal de Governo de Porto Real/RJ, com cobertura nacional e assistência 24 horas, a fim de assegurar a proteção patrimonial dos bens públicos, garantir a continuidade dos serviços assistenciais e administrativos e mitigar os riscos operacionais da Administração. A apólice deverá contemplar os riscos mais relevantes, com observância aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e legalidade.

### 4.2. COBERTURAS OBRIGATÓRIAS:

#### 4.2.1. Cobertura Compreensiva (Casco Total)

#### 4.2.2. A apólice deverá contemplar, no mínimo, cobertura contra os seguintes eventos:

- Colisão, abalroamento, capotagem e queda de objetos sobre o veículo;
- Incêndio, explosão e queda de raio;
- Roubo e furto (total e parcial);
- Danos causados por fenômenos da natureza (alagamentos, enchentes, granizo, queda de árvores e deslizamentos);
- Vandalismo e tentativa de furto;

- Danos causados por terceiros não identificados.

#### **4.2.2. Coberturas Complementares Obrigatórias**

- Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V): danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por evento;
- Acidentes Pessoais de Passageiros (APP): contemplando morte acidental e invalidez permanente (total ou parcial) dos ocupantes do veículo;
- Cobertura completa de vidros: incluindo para-brisa, vidros laterais, vidro traseiro, espelhos retrovisores, faróis e lanternas.

#### **4.3. SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS**

**4.3.1.** A empresa contratada deverá disponibilizar serviço de assistência 24 horas em todo o território nacional, com cobertura mínima de 350 km a partir da sede do município contratante, incluindo:

- Atendimento emergencial ininterrupto (24h, inclusive finais de semana e feriados);
- Guincho com cobertura mínima de 350 km por evento;
- Transporte alternativo (ex: táxi ou locação temporária) em caso de pane ou acidente;
- Troca de pneus e serviços de chaveiro;
- Remoção hospitalar dos ocupantes em caso de sinistro com vítimas;
- Carro reserva por, no mínimo, 7 (sete) dias por evento para veículos essenciais;
- Autorização para conserto em até 7 (sete) dias úteis nos casos de danos parciais;
- Indenização por perda total com pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega completa da documentação.

#### **4.4. FRANQUIAS E VALORES DE COBERTURA**

**4.4.1.** As franquias aplicáveis aos danos parciais não poderão exceder 8% do valor de mercado do veículo, conforme Tabela FIPE vigente na data do sinistro.

**4.4.2.** A proposta deverá conter opção de franquia reduzida, equivalente a 25% da franquia padrão.

**4.4.3.** Não será admitida a cobrança de franquia nos seguintes casos:

- Indenização por perda total;
- Roubo ou furto com não recuperação do veículo;
- Danos causados exclusivamente a terceiros.

**4.4.4.** O valor da indenização da cobertura casco será equivalente a 100% do valor de mercado do veículo (Tabela FIPE) na data da liquidação.

**4.4.5.** A apólice deverá prever expressamente cláusulas de isenção de franquia para os casos mencionados no item 4.4.3.

**4.4.6.** É vedada a aplicação de franquia majorada em coberturas de vidros, espelhos e lanternas.

**4.4.7.** Preferencialmente, a apólice deverá prever a disponibilização de carro reserva, de categoria compatível ao veículo segurado, nos casos em que o reparo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis

**4.4.8.** O prazo máximo para liquidação de sinistros será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da entrega da documentação exigida.

**4.4.9.** Será admitida depreciação apenas de peças estéticas ou não essenciais, vedando-se a depreciação em componentes de segurança ou essenciais ao funcionamento do veículo (ex: freios, suspensão, direção, motor, etc.).

#### **4.5. CONDIÇÕES OPERACIONAIS DA CONTRATAÇÃO**

- Apólice com cláusula de motorista indeterminado, uso diário e quilometragem livre;



- Inclusão, exclusão ou substituição de veículos mediante solicitação formal, com cálculo proporcional;
- Emissão da apólice definitiva em até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho;
- Atendimento ao segurado por central própria, disponível 24h para esclarecimentos e comunicação de sinistros;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais ou trimestrais), contendo dados sobre sinistros, prazos de resposta, valores pagos e demais indicadores de desempenho contratual.

#### **4.6. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**

**4.6.1.** A seguradora e suas oficinas credenciadas deverão adotar, sempre que disponíveis, práticas de sustentabilidade, tais como:

- Utilização de peças remanufaturadas com garantia;
- Priorização de oficinas com certificação ambiental (ex: ISO 14001);
- Descarte ambientalmente correto de resíduos e peças;
- Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das oficinas envolvidas.

#### **4.7. REQUISITOS DA CONTRATADA**

**4.7.1.** A empresa contratada deverá apresentar, obrigatoriamente:

- Autorização da SUSEP vigente para operar com seguro de veículos automotores;
- Atestados de capacidade técnica, emitidos por entes públicos ou privados, que comprovem a execução de serviços compatíveis em escopo e volume;
- Regularidade fiscal e trabalhista junto aos entes federais, estaduais e municipais.

**4.7.2.** Deverão ser apresentadas, ainda:

- Declaração de inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública;
- Declaração de ciência do objeto e das condições estabelecidas.

#### **4.8. CRITÉRIOS DE QUALIDADE E GARANTIAS**

- Atendimento inicial ao sinistro em até 24 horas da notificação;
- Cumprimento rigoroso dos prazos contratuais e legais;
- Sub-rogação de direitos prevista conforme art. 786 do Código Civil;
- Observância aos artigos 92 a 96 da Lei nº 14.133/2021, com possibilidade de exigência de garantia contratual ou seguro de responsabilidade civil profissional, conforme a natureza do objeto contratado.

### **5. Levantamento de Mercado**

**5.1.** Com o objetivo de identificar as alternativas viáveis para atender à necessidade de contratação de seguro veicular para a frota da Secretaria Municipal de Governo de Porto Real/RJ, foi realizado levantamento de mercado abrangente, incluindo pesquisas em portais de compras públicas, consultas a órgãos públicos, além de levantamento junto a seguradoras e corretoras especializadas.

**5.2.** A análise demonstrou que, diante da complexidade técnica e dos requisitos específicos de cobertura necessários para garantir a proteção adequada dos veículos oficiais, não existem outras formas viáveis para suprir essa demanda senão a contratação de empresa especializada em seguro veicular.

**5.3.** Foram consideradas as seguintes possibilidades:

**a) Gerenciamento interno do risco pela Administração (autogestão):**

Essa alternativa foi descartada por não garantir a cobertura adequada contra sinistros, expor a Administração a riscos financeiros imprevisíveis e contrariar os princípios da eficiência e economicidade, diante da essencialidade dos veículos para atendimento emergencial e rotinas administrativas.

**b) Contratação de empresa especializada em seguro veicular, via processo licitatório:**

Verificou-se que o mercado dispõe de diversas empresas seguradoras e corretoras aptas a fornecer o serviço, com condições técnicas e comerciais alinhadas às necessidades da Administração, incluindo coberturas para colisão, incêndio, roubo, danos a terceiros, assistência 24 horas, entre outras.

**5.4.** A contratação permitirá a definição de coberturas específicas, como:

- Colisão, incêndio e roubo;
- Danos materiais e corporais a terceiros (RCF-V e RCF-D);
- Proteção de vidros, lanternas e retrovisores;
- Assistência 24 horas e carro reserva, quando aplicável;
- Seguro contra perda total e parcial;
- Garantia de sub-rogação conforme art. 786 do Código Civil;
- Observância das obrigações previstas nos arts. 92 a 96 da Lei nº 14.133/2021, com possibilidade de exigência de garantia contratual ou seguro de responsabilidade civil profissional.

**5.5.** O levantamento de mercado demonstrou que há ampla concorrência no setor, o que possibilita a realização de procedimento licitatório competitivo, garantindo condições vantajosas e segurança jurídica para a Administração.

## **6. Descrição da solução como um todo**

**6.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em seguros veiculares para prestação de serviços de cobertura contra sinistros (colisão, incêndio, roubo/furto), danos a terceiros (materiais e corporais), assistência 24 horas, proteção de vidros, retrovisores e lanternas, bem como outras coberturas adicionais aplicáveis à natureza e à finalidade dos veículos oficiais da Secretaria Municipal de Governo de Porto Real/RJ.

**6.2.** O serviço deverá atender aos critérios técnicos e operacionais exigidos pelo município, contemplando a emissão de apólices individuais para cada veículo segurado, com cobertura nacional e com assistência em tempo integral (24h por dia, 7 dias por semana), considerando o uso contínuo e essencial da frota nas ações, incluindo transportes intermunicipais e deslocamentos administrativos.

**6.3.** A solução contempla, ainda, a exigência de que a contratada disponibilize canal de atendimento eficaz (telefone, e-mail, aplicativo ou outro meio eletrônico), com suporte operacional em caso de acionamento de sinistro, incluindo guincho, socorro mecânico, transporte alternativo, entre outros serviços emergenciais que garantam a continuidade da prestação de serviços públicos.

**6.4.** Do ponto de vista técnico, a contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de se obter cobertura adequada e imediata para eventos imprevisíveis, garantindo segurança patrimonial ao Município e minimizando o impacto de eventuais danos à frota pública no desempenho das atividades.

**6.5.** Sob o aspecto econômico, a solução proposta revela-se mais vantajosa em comparação a modelos alternativos como a autogestão do risco, os quais exporiam a Administração a elevados custos imprevisíveis e à paralisação dos serviços essenciais, sobretudo nos casos de perda total ou necessidade urgente de reparos e substituições. O mercado segurador, por sua vez, opera com mutualismo, diluindo os riscos e oferecendo soluções consolidadas e financeiramente acessíveis ao setor público.

**6.6.** Assim, a contratação por meio de processo licitatório competitivo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurará o atendimento integral das necessidades da Secretaria Municipal de Governo, com legalidade, economicidade e eficiência, conforme os princípios da administração pública.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

**7.1.** A estimativa da quantidade a ser contratada corresponde à necessidade de cobertura securitária para 01 (um) veículo oficial pertencente à frota, recentemente adquirido e destinado a atividades assistenciais e administrativas da pasta.

**7.2.** Considerando que se trata de veículo novo, adquirido para ampliação da frota e reforço da logística de transporte no município, e que o mesmo ainda não possui cobertura securitária vigente, justifica-se a contratação de 01 (um) seguro automotivo anual, com coberturas compatíveis aos riscos patrimoniais e operacionais envolvidos no uso contínuo do bem público. A seguir, apresenta-se a tabela com os dados do veículo a ser assegurado:

MARCA/ MODELO	OUTRAS CARACTERÍSTICAS	Nº PATRIMÔNIO	PLACA	ANO/ MODELO	CHASSI	RENAVAM
Renault Master Grand Pro L2H2	Cor Branca; Diesel; 15 Lugares; Trio Elétrico; Direção Hidráulica; Ar Condicionado; Roda de Ferro Aro 16; Câmbio Manual e Alarme.	27987	TTK2B75	2025/2026	93YF62S05TJ00842	01438936211

**7.3.** A contratação de seguro para este veículo visa garantir a proteção contra sinistros como colisão, incêndio, roubo, furto e danos a terceiros, assegurando a continuidade dos serviços públicos e a preservação do patrimônio público municipal. Trata-se, portanto, de medida de caráter preventivo e estratégico, que representa economicidade ao erário ao mitigar riscos financeiros decorrentes de eventual perda total ou parcial do bem.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.912,66

**8.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços extraída de contratações públicas anteriores registradas em plataformas oficiais, conforme determina o art. 6º, inciso VI, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020, e o art. 7º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Para a presente contratação, que tem por objeto a contratação de seguro automotivo anual com cobertura completa para o veículo oficial Renault Master Grand Pro L2H2 (ano/modelo 2025/2026, Placa TTK2B75), foram considerados os seguintes parâmetros:

ITEM	CATSER	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR 01	VALOR 02	VALOR 03	VALOR MÉDIO TOTAL
01	30127	01	<b>SEGURO AUTOMOTIVO:</b> Anual Completo para Veículo Oficial: Renault Master Grand Pro L2H2 (Ano/Modelo 2025/2026, Placa TTK2B75), com Cobertura Compreensiva (colisão, incêndio, roubo /furto), Assistência 24h, Proteção a Terceiros (RCF-V), Cobertura de Vidros e Passageiros (APP), conforme especificações técnicas.	R\$ 5.000,00	R\$ 6.200,00	R\$ 6.538,00	R\$ <b>5.912,66</b>

**VALOR GLOBAL: R\$ 5.912,66**

(Cinco mil, novecentos e doze reais e sessenta e seis centavos)

Fonte:

**Valor 01:** Contrato Administrativo Nº 05/2025 - Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura de Firminópolis/GO

**Valor 02:** Contrato Administrativo Nº 125/2025 - Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura de Pirenópolis/GO

**Valor 03:** Processo Administrativo Nº 1147/2025 - Fundo Municipal de Saúde - Prefeitura de Aloândia/GO

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**9.1.** A presente contratação trata da contratação de seguro automotivo completo para um único veículo oficial. Considerando a natureza do objeto, não há viabilidade técnica ou econômica para o parcelamento da solução, uma vez que os serviços securitários são ofertados por meio de apólice única e indivisível, que contempla um conjunto de coberturas e garantias integradas, como proteção contra colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros, acidentes pessoais de passageiros, assistência 24h, entre outras.

**9.2.** O fracionamento ou contratação separada de tais coberturas comprometeria a funcionalidade, a eficiência e a efetividade da solução pretendida, além de contrariar a prática consagrada no mercado de seguros, que trabalha com pacotes integrados. A tentativa de parcelamento do objeto, portanto, além de inviável sob o ponto de vista técnico, inviabilizaria a própria contratação, desatendendo o interesse público. Diante disso, justifica-se a não adoção do parcelamento, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e segurança, e com base no entendimento consolidado pelo TCU (Súmula nº 247) de que o parcelamento somente deve ser adotado quando técnica e economicamente viável.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

**10.1.** Não foram identificadas contratações que guardem relação direta, afinidade ou interdependência com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, seja no âmbito de contratações já realizadas ou em fase de planejamento. A contratação do seguro automotivo objeto deste estudo possui natureza autônoma e específica, voltada exclusivamente à proteção de um veículo oficial, não estando vinculada a qualquer outro contrato de fornecimento, manutenção, locação ou operação logística.

**10.2.** Ressalta-se que o objeto não depende de outras contratações para sua plena execução, tampouco condiciona ou está condicionado à execução de contratos paralelos. Trata-se, portanto, de uma contratação pontual e independente, necessária à salvaguarda do patrimônio público e à continuidade dos serviços prestados pela Administração, especialmente no tocante à assistência e ao deslocamento de servidores e usuários. Dessa forma, em conformidade com o art. 7º, §2º da IN nº 40/2020, justifica-se a ausência de contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.1.** A contratação proposta está alinhada aos objetivos estratégicos da Secretaria Municipal de Governo de Porto Real/RJ, especialmente no que se refere à preservação do patrimônio público, à segurança da frota oficial utilizada nas atividades administrativas e assistenciais da pasta, e à continuidade dos serviços públicos essenciais. A proteção veicular por meio de seguro completo (casco) constitui medida de gestão patrimonial preventiva e eficaz, garantindo resposta imediata a sinistros, furtos ou colisões, sem comprometer o erário ou gerar interrupções na rotina operacional da Secretaria.

**11.2.** Cabe destacar que, até o momento, o Município de Porto Real/RJ não dispõe de Plano de Contratações Anual (PCA) formalizado para o exercício de 2025, em virtude da transição gradativa ao regime jurídico da nova Lei nº 14.133/2021, iniciada em 2024. Entretanto, a presente demanda possui respaldo na programação orçamentária vigente, com previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual (LOA) vinculados à manutenção e operação da frota.

**11.3.** Ainda que não prevista nominalmente no Plano Plurianual (PPA), a contratação está em consonância com as diretrizes e metas estratégicas da pasta, notadamente aquelas relacionadas à modernização da gestão, à eficiência no uso dos recursos públicos e à qualificação dos serviços prestados à população. Assim, verifica-se compatibilidade entre a contratação proposta e os instrumentos formais de planejamento da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

**12.1.** A contratação do seguro veicular completo (casco) para o veículo de transporte recentemente incorporado à frota municipal visa assegurar a proteção patrimonial do bem público, garantir a continuidade dos serviços administrativos e operacionais e promover a gestão eficiente dos recursos públicos. A cobertura abrangente do seguro reduz os riscos de prejuízos financeiros decorrentes de sinistros, colisões, furtos ou outros danos, conferindo maior segurança jurídica e operacional à Administração.

**12.2.** Entre os principais benefícios diretos e indiretos da contratação, destacam-se:

**a) Eficiência na gestão da frota pública:** com a cobertura securitária adequada, reduz-se o tempo de inatividade do veículo em caso de sinistros, garantindo maior disponibilidade operacional;

**b) Economicidade:** evita-se a necessidade de despesas emergenciais e não planejadas com reparos, substituições ou perdas totais, permitindo maior previsibilidade orçamentária;

**c) Preservação do patrimônio público:** o seguro assegura a reposição ou reparação de danos ao bem, evitando perdas patrimoniais ao Município;

**d) Efetividade na prestação dos serviços públicos:** a proteção do veículo permite a manutenção das atividades para as quais ele foi destinado, mesmo diante de eventos imprevistos;

**e) Sustentabilidade financeira e institucional:** ao mitigar riscos e garantir continuidade dos serviços, a contratação reforça práticas de boa governança pública.

**12.3.** Assim, a contratação contribui para o fortalecimento da atuação institucional, promovendo o uso racional dos recursos disponíveis, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

## 13. Providências a serem Adotadas

**13.1.** Para viabilizar a contratação do seguro veicular, foram adotadas as providências preliminares cabíveis, como a análise técnica da demanda, a definição das coberturas e serviços desejáveis, bem como a verificação da compatibilidade entre a solução proposta e as necessidades da Administração.

**13.2.** A instrução do processo administrativo será acompanhada da designação formal do fiscal e do gestor do contrato, nos termos dos arts. 117 e 117-A da Lei nº 14.133/2021, os quais contarão com capacitação prévia ou orientação específica quanto às suas atribuições legais, caso necessário, para garantir o efetivo acompanhamento da execução contratual.

**13.3.** Considerando a natureza do objeto (contratação de seguro veicular), não se fazem necessárias adequações físicas ou ambientais para sua implementação, tampouco há exigência de instalações técnicas ou logísticas por parte da Administração.

**13.4.** Os riscos relacionados à execução contratual, tais como atraso na emissão de apólice, omissões na cobertura, ou negativa indevida de atendimento, serão mitigados por meio da exigência de cláusulas contratuais claras e da seleção de empresas com reconhecida capacidade técnica e regularidade junto à SUSEP, conforme previsto no Termo de Referência.

**13.5.** Até o momento, não foram identificadas outras providências adicionais necessárias, sendo as medidas já previstas suficientes para garantir a legalidade, a efetividade e a eficiência da contratação proposta.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

**14.1.** A contratação de seguro veicular não envolve aquisição de bens com impacto ambiental direto nem atividades operacionais que resultem em geração de resíduos, emissões poluentes ou utilização intensiva de recursos naturais.

**14.2.** Trata-se de serviço de natureza contratual e administrativa, cujo objeto é a cobertura securitária para eventual sinistro relacionado a veículo oficial já adquirido, não havendo, portanto, riscos ambientais decorrentes da execução contratual em si.

**14.3.** Ainda assim, ressalta-se que, indiretamente, a contratação contribui para a adoção de práticas sustentáveis, ao assegurar o pronto reparo ou substituição do veículo em caso de danos, evitando sucateamento, desperdício de recursos públicos e prolongando a vida útil do bem.

**14.4.** Não se identificam, neste caso, impactos ambientais relevantes, sendo, portanto, desnecessária a adoção de medidas mitigadoras específicas, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental vigente por parte da contratada, sempre que cabível.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

**15.1.** Após a análise técnica, a contratação do seguro veicular mostra-se viável, necessária e adequada à proteção do patrimônio público.

**15.2.** A medida justifica-se pela necessidade de cobrir danos decorrentes de sinistros (colisão, roubo, incêndio, eventos naturais etc.), assegurando a continuidade das atividades institucionais.

**15.3.** O seguro é a alternativa mais eficiente e econômica frente aos riscos do uso de veículos oficiais, promovendo previsibilidade orçamentária e alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e proteção do patrimônio público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MIZRAIM NICOLE PAULINO DA SILVA**  
CHEFE DE GABINETE

**SAMARA ALVES NUNES QUINTELLA**  
DIRETORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

**TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL**

Processo Administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FAZEM  
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO REAL,  
POR INTERMÉDIO DO (A)  
..... E  
.....

O MUNICÍPIO DE PORTO REAL, com sede administrativa no **Palácio 5 de Novembro à Rua Hilário Ettore, nº 442, Centro, Porto Real, RJ, CEP 27570-000**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.612.355/0001-02** através da , neste ato representada pelo(a) Senhor(a) ... (nome), ... (nacionalidade), ... (estado civil), ... (cargo), portador(a) do documento de identidade de nº ..., e inscrito no CPF sob o nº ..., com domicílio à ... (endereço completo com CEP), doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico.....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. *O Edital da Licitação*

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato.*

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente executados.*

## CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja



substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.1.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

13.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

13.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão



do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em *Porto Real/RJ*, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-